

## DEPOIMENTO

Em Abril de 1974 eu estava em Paris a trabalhar na minha tese de doutoramento. Vim a Portugal ver a festa e já não regresssei. Acabei por ir para o Governo, como Secretário de Estado dos Desportos e Ação Social Escolar, porque fui convidado para cumprir essa tarefa e não fui capaz de recusar. No entanto, eu nunca fui um grande desportista e não era propriamente um especialista em questões de desporto.

Tenho para mim que um bom governante deve reunir alguns requisitos: ter um alto sentido de serviço público; conhecer bem o seu povo; ser humilde perante a grandeza e a dificuldade das tarefas que o esperam; saber ouvir; escolher colaboradores competentes; ser sensível à correlação de forças; ter capacidade de decisão e ter coragem no momento da decisão; ser capaz de assumir todas as responsabilidades daquilo que se passa na sua esfera de ação. Sem falsas modéstias, pensava que reunia estes requisitos.

E vim depois a concluir que o facto de não ser ‘especialista’ em matéria de desporto talvez tenha sido favorável ao exercício de funções governativas nesta área. Quem não é ‘especialista’ não sofre a tentação de ser Minerva e tirar as soluções já feitas da sua cabeça; não pode pretender impor ao mundo os modelos acabados que ‘sabe’ serem os melhores; não pode tratar os seus interlocutores com a sobrançeria frequente em alguns falsos ‘sábios’; é obrigado a conversar com muita gente e a estudar os dossiês; tem de saber ouvir, com humildade e com muita atenção; tem de refletir muito sobre o que lê e ouve, antes de decidir. Creio que foi esta a minha prática como Secretário de Estado dos Desportos.

Desde o início, tive a preocupação de escolher um Diretor-Geral à altura, competente e democrata, missão que não se me revelava fácil, porque eu não conhecia o ‘meio’. Ouvira falar do Prof. José Esteves..., e pouco mais. No momento adequado, chamei o Prof. Noronha Feio, que era o Diretor-Geral no último Governo antes do 25 de Abril, para lhe comunicar que o Governo tinha decidido substituir todos os diretores-gerais, pelo que também ele iria ser substituído. Pedi-lhe, porém, que continuasse em funções até à tomada de posse do seu substituto (o Governo saído do 25 de Abril entendia que os governantes tinham de exercer as suas funções apoiando-se nas Direções-Gerais dos seus Ministérios e não nos *boys* que se colocam, às dúzias, nos gabinetes ministeriais). Noronha Feio foi muito elegante na sua reação. Disse que concordava inteiramente com a substituição dos diretores-gerais, e que, conforme o meu pedido, continuaria a exercer

com todo o empenho e lealdade as funções de Diretor-Geral. Acrescentou que nunca tinha sido fascista e que estava muito feliz com a vitória da Revolução e a queda do fascismo, colocando-se à minha inteira disposição naquilo em que eu entendesse.

Respondi-lhe de imediato que ia já utilizar os seus préstimos. Quem recomendaria para o substituir, perguntei. E ele respondeu, sem deixar cair a bola: o Prof. Alfredo Melo de Carvalho. Muito obrigado. Tomarei nota. E a conversa terminou.

Uns dias depois, chamei ao meu gabinete o Dr. Mendes Silva, que eu conhecia de Coimbra e que era, simultaneamente, Delegado Regional da Direção-Geral dos Desportos e do Instituto da Juventude (não recordo o nome exato). Para lhe dizer que iria perder uma parte do 'império', ficando, possivelmente, confinado aos desportos. A conversa correu bem, como era de esperar, e, já à saída, perguntei-lhe: quem é que o senhor gostaria de ter como Diretor-Geral dos Desportos? Resposta imediata: o Prof. Alfredo Melo de Carvalho.

Eu nunca tinha ouvido falar do Prof. Alfredo Melo de Carvalho, mas disse para mim mesmo: já tenho Diretor-Geral dos Desportos. Pedi no gabinete que o localizassem, falei com ele e o assunto ficou resolvido. E bem resolvido. Porque o Melo de Carvalho (de quem me tornei amigo e admirador) veio a revelar-se-me como um democrata, um especialista competente, um trabalhador infatigável, rigoroso e metódico, um profissional habituado a trabalhar em equipa.

O Melo de Carvalho rodeou-se de uma equipa de colaboradores que penso reunia os nossos melhores especialistas. E cedo começámos a trabalhar em conjunto, até porque foi necessário elaborar o Programa de Governo. E foi com satisfação e alívio que lhe fui ouvindo conceitos e propostas de ação, devidamente elaborados e pensados, que correspondiam àquilo que, como que por instinto, eu pensava como simples cidadão. Que o desporto era uma atividade cultural (o desporto como cultura); que o desporto era um direito de todos; que a prática desportiva deveria libertar-se da 'política do pavilhão', assumindo-se como atividade de massas, que deveria praticar-se em toda a parte, ao ar livre, nas ruas e nas praças, no campo e na cidade, e também nos pavilhões, nos ginásios e nas piscinas; que a prioridade deveria ser o desporto escolar, a todos os níveis (sem esquecer o investimento adequado no desporto de alta competição); que era necessário cuidar da preparação de professores, o que pressupunha a reorganização do sistema escolar que os preparava.

Creio que estas viriam a ser as linhas mestras orientadoras do nosso trabalho enquanto eu fui o responsável pela tutela política do Desporto. Estudámos muito, trabalhámos muito, foram elaborados relatórios importantes, foram editadas várias publicações para facilitar a ação dos responsáveis a todos os níveis e em todo o País, avançou-se bastante (e bem, creio eu) na reclassificação dos profissionais de Educação Física e na reestruturação dos estabelecimentos de ensino que os formavam. Conseguimos então a primeira bolsa de estudos concedida pelo Instituto de Alta Cultura para que um licenciado em Educação Física fosse doutorar-se no estrangeiro, culminando este processo com a transformação do velho INEF em ISEF e com a integração deste na Universidade Técnica de Lisboa (hoje Universidade de Lisboa).

Deixo apenas o relato de um episódio que me parece esclarecer o espírito com que trabalhámos. Quase desde o início das minhas funções fui ouvindo opiniões e lendo relatórios (comparando a situação em Portugal com a de outros países) em que se defendia a urgente necessidade de baixar o número de clubes a disputar a 1ª divisão do futebol federado (salvo erro, de 16 para 14). O que fui ouvindo e lendo convenceu-me da bondade da solução. E, quando me pareceu ser a altura própria, preparei e assinei um despacho nesse sentido. Convoquei o Diretor-Geral, os presidentes dos clubes envolvidos, bem como os Presidentes das Câmaras e os Governadores Cívicos das respetivas localidades. E li-lhes o despacho que tinha assinado, justificando depois a solução adotada, com os argumentos constantes do próprio despacho e com outros mais.

A reação dos presentes não foi desfavorável, salvo no caso do presidente de um dos clubes. Terminada a reunião, o Melo de Carvalho virou-se para mim e disse: o senhor está doido? Eu limitei-me a fazer o que você sempre me disse ser correto, respondi. Ele, como homem do 'meio', temia que houvesse manifestações 'patrióticas' em defesa dos clubes atingidos pela medida e que daí resultasse alguma adversidade das populações contra o Governo. Essa era também a minha preocupação, naturalmente. Por isso tinha chamado à reunião os Presidentes de Câmara e os Governadores Cívicos. Felizmente, tudo acabou por correr sem problemas.

Em finais de novembro/princípios de dezembro de 1974 deixei as funções na Secretaria de Estado dos Desportos e Ação Social Escolar, que vinha exercendo desde maio de 1974, tendo sido nomeado Secretário de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica. Substituiu-me na tutela do Desporto, por minha sugestão, o Eng. Luís Elias Casanovas, que eu tinha conseguido levar para Diretor-Geral do IASE

(Instituto de Ação Social Escolar). E eu fiquei descansado, porque Luís Elias Casanovas era um desportista e um homem de cultura (também do desporto como atividade cultural).

*Coimbra, 7 de novembro de 2014*  
*António José Avelãs Nunes*